



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
2 UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
3 REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2021
4

5 Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, na Sala de Reunião
6 Virtual da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), acessível por meio do *link*
7 *conferenciaweb.rnp.br/webconf/consu*, reuniram-se os membros do Conselho
8 Universitário (Consu) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), sob a
9 presidência de Nelson Sass. Estiveram presentes: Alexandre Pazetto Balsanelli,
10 Alexsandro Cardoso Carvalho, Álvaro Nagib Atallah, Ana Cláudia Bonilha, Anderson da
11 Silva Rosa, Angelo Amato Vincenzo de Paola, Bruno Konder Comparato, Carla Gianna
12 Luppi, Catarina Segreti Porto, Cláudia Maria França Mazzei Nogueira, Clédson Akio
13 Sakurai, Clóvis Ryuichi Nakaie, Daniel Campos de Carvalho, Daniel Arias Vazquez,
14 Danilo Tavares da Silva, Dario Santos Junior, Djalma José Fagundes, Ederson Luiz
15 Silva, Egeu Gomez Esteves, Elaine Damasceno, Eliane de Souza Cruz, Elson Luiz
16 Mattos Tavares da Silva, Fábio Alexandre dos Santos, Fábio Cezar Venturini, Fábio
17 Franzini, Fernando Sfair Kinker, Flávio Faloppa, Fúlvio Alexandre Scorza, Gustavo
18 Fernandes Camargo Fonseca, Henrique Nelson Calandra, Ieda Aparecida Carneiro,
19 Ieda Maria Longo Maugeri, Igor Dias Medeiros, Ivan Cesar Ribeiro, Jane Zveiter de
20 Moraes, Jaqueline Martins, João Teófilo da Silva, José Carlos Costa Baptista da Silva,
21 José Luiz Gomes do Amaral, Juliana Mateusa Meira Cruz, Julio Cesar Zorzenon Costa,
22 Jumile dos Santos Moreira, Karen Fernandez Costa, Lia Rita Azeredo Bittencourt, Lúgia
23 Ajaimé Azzalis, Luciana Chagas Caperuto, Luciana Maria Cavalcante Melo, Luciana
24 Massaro Onusic, Luiz Leduino de Salles Neto, Manuel de Jesus Simões, Maria
25 Aparecida Juliano, Maria José da Silva Fernandes, Maria Liduina Oliveira e Silva,
26 Mariângela Graciano, Maurício Corrêa de Almeida, Nelson Sass, Odair Aguiar Junior,
27 Patrícia Laczynski de Souza, Raiane Patrícia Severino Assumpção, Ramiro Anthero de
28 Azevedo, Regiane Albertini de Carvalho, Sinara Aparecida Farago de Melo, Taiza
29 Stumpp Teixeira, Tania Mara Francisco, Tales Marins Maciel Batista e Zysman
30 Neiman. Justificaram ausência: Ana Luisa Hofling Lima Farah que foi substituída por
31 Jair de Jesus Mari, porém Jair de Jesus Mari também justificou e foi substituído por
32 Jose Luiz Gomes do Amaral; Caden Souccar, que foi substituída por Brasília Maria
33 Chiari, que não pôde comparecer e não foi substituída; Elizabeth Pinto Magalhães de
34 Almeida, que foi substituída por João Teófilo da Silva; Emília Inoue Sato, que foi





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



35 substituída por Rosiane Mattar, porém Rosiane Mattar também justificou e foi
36 substituída por Moisés Cohen, porém Moises Cohen também justificou e foi substituído
37 por Alba Lucia Bottura Leite de Barros, que também não pôde comparecer e não foi
38 substituída; Jose Ivaldo Rocha que foi substituído por Sílvio de Sá Barboza da Silva,
39 porém Sílvio de Sá Barboza da Silva também justificou e foi substituído por Elizabeth
40 Pinto Magalhaes de Almeida, porém Elizabeth Pinto Magalhaes de Almeida também
41 justificou e foi substituída por João Teófilo da Silva, Marcos Cezar de Freitas, que foi
42 substituído por Zysman Neiman; Mary Uchiyama Nakamura, que foi substituída por
43 Ana Luisa Hofling Lima Farah, porém Ana Luisa Hofling Lima Farah também justificou
44 e foi substituída por Jair de Jesus Mari; Paulo Schor que foi substituído por Egeu
45 Gomez Esteves. Participaram da reunião como convidados: Ademar Arthur Chioro dos
46 Reis, Adriana Aparecida dos Santos Franco, Andréia Regina de Oliveira Camargo, Dan
47 Rodrigues Levy, Eduardo Alexandrino Sérvolo de Medeiros, Elaine Muniz Pires,
48 Fabiana Schleumer, Gabriela Oliveira Rodrigues, Gianna Maria Griz Carvalheira,
49 Isabel Marian Hartmann de Quadros, Isis Moll de Araújo Bastos, Janine Schirmer, Jose
50 Luiz Ribeiro Guerra, Larissa Beltramim, Lidiane Cristina da Silva, Magnus Régios Dias
51 da Silva, Mário Anaia Gomes Neto, Maristela Bencici Feldman, Mauricio Lourenção
52 Garcia, Michel da Silva Baldacci, Murched Omar Taha, Olgária Chain Feres Matos,
53 Ricardo Pimenta Bertolla, Wagner Luiz Batista, Wallace Chamon Alves de Siqueira.
54 Tendo as presenças sido registradas, foi constatado quórum com 66 membros. O
55 Presidente cumprimentou os(as) participantes e deu início ao **EXPEDIENTE**,
56 primeiramente tratando dos > **Informes**, começando pelo informativo **da Reitoria**:
57 **◆ Propessoas** - A pró-reitora de gestão com pessoas, Sra. Elaine Damasceno falou
58 sobre a centralização gradual da gestão das aposentadorias e pensões do regime
59 próprio de previdência social da União (RPPS) no Instituto Nacional do Seguro Social
60 (INSS), estabelecida pelo decreto 10620 de 5 de fevereiro de 2021. Em seguida, foi a
61 vez das notícias da **◆ Eleições Gerais 2021** - O presidente da comissão, Prof.
62 Wallace Chamon ofereceu balanço das eleições gerais para os conselhos centrais e
63 demais órgãos colegiados da Unifesp, conforme a votação remota ocorrida de 16 a 19
64 de novembro e cujos resultados serão submetidos ao Consu na próxima sessão. Ele
65 apresentou gráficos sobre a participação da comunidade nas eleições e a presença às
66 urnas por segmento - revelando 62% de docentes, 27% TAEs e 3% de discentes,
67 representando a média de 11% do colégio eleitoral total - e, também por
68 campus/unidade - demonstrando que 57% do colégio eleitoral do Instituto das Cidades





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



69 participou da votação, 34% da reitoria, 15% do campus São Paulo, 8% do campus
70 Baixada Santista, 7% dos campi Diadema, Osasco e São José dos Campos, e 6% do
71 campus Guarulhos. Terminou dizendo que o cronograma estava sendo cumprido e que
72 não houve qualquer impugnação ou interpelação de recurso sobre o resultado prévio
73 que havia sido divulgado, de modo que a comissão se prepara para submeter o
74 resultado final ao egrégio colegiado na próxima sessão ordinária a se realizar no dia 8
75 de dezembro. O Prof. Nelson agradeceu o empenho e a lisura do processo. Igualmente,
76 foram registrados no bate-papo público (*public chat*) muitos cumprimentos ao trabalho
77 do presidente, os quais o Prof. Wallace compartilhou com os membros da comissão,
78 em nome da Profa. Giana Griz Carvalheira, e, ainda, estendeu à Sra. Lidiane Cristina
79 da Silva e o Sr. Felipe Dias da Silveira, da Superintendência de Tecnologia da
80 Informação; à Sra. Maristela Bencici Feldman, secretária do Consu, e ao Prof. Walter
81 Teixeira Lima Junior, do Departamento de Comunicação Institucional. Então, tratou-se
82 da **♦ Homologação de decisão Ad Referendum** - Após explanação oferecida pela
83 pró-reitora de gestão com pessoas, conselheira Elaine; pela diretora acadêmica do
84 campus Osasco, conselheira Luciana Onusic, e do presidente da respectiva comissão
85 de bancas, conselheiro Julio Zorzenon, **foi homologada a anulação das etapas do**
86 **processo seletivo simplificado do campus Osasco, da área Administração,**
87 **subárea Administração Geral, já aprovada ad referendum,** em razão dos prazos
88 exíguos para se publicar a nova data em que a banca poderia se reunir novamente,
89 dado o cancelamento ocasionado por problemas técnicos, dado que um dos candidatos
90 não podia ser visualizado na reunião remota de arguição, apesar de,
91 comprovadamente, estar conectado. Não havendo mais informes, o presidente deu
92 início à **ORDEM DO DIA**, tratando do item **(1) TELETRABALHO (SEI**
93 **23089.022863/2021-21) - Minuta Implantação do Teletrabalho no âmbito da**
94 **Unifesp** - O Presidente convidou a Pró-reitora de Gestão com Pessoas para apresentar
95 a proposta de minuta de implantação do teletrabalho e informou que o importante
96 tópico recebera contribuições do coletivo MaternaCiência e da representação dos(as)
97 servidores(as) técnicos(as) administrativos(as) em educação (TAEs). A Sra. Elaine
98 Damasceno sintetizou o que preconiza a Instrução Normativa 65 de 30 de julho de
99 2021 explicando as etapas previstas: autorização pelo ministro do estado; elaboração e
100 aprovação dos procedimentos gerais; execução do programa de gestão; e
101 acompanhamento do programa de gestão. Explicou que a execução das normas se deu
102 pela publicação da Portaria nº 267, de 30 de abril de 2021, a qual autoriza a





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



103 implementação do programa de gestão pelas unidades do Ministério da Educação
104 (MEC) e de suas entidades vinculadas. Discorreu sobre as premissas a implementação
105 do programa de gestão que ocorrerá em função da conveniência e do interesse do
106 serviço, não se constituindo direito do participante; abrangerá as atividades cujas
107 características permitam a mensuração da produtividade e dos resultados das
108 respectivas unidades e do desempenho do participante em suas entregas, sendo, pois,
109 divididas entre atividades elegíveis e não elegíveis. Ela também elencou os principais
110 objetivos da implementação do programa de gestão: estimular o desenvolvimento do
111 trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital; atrair e manter talentos;
112 contribuir com a redução de custos no poder público; melhorar a qualidade de vida
113 para o(a) servidor(a); e, promover a cultura orientada a resultados. Explanou como se
114 dará a implantação do programa de gestão instrução: adoção de sistema informatizado
115 que contemple: tabela de atividades a serem desenvolvidas; plano de trabalho;
116 acompanhamento do cumprimento das metas; registro das alterações no plano de
117 trabalho; avaliação qualitativa das entregas; designação dos executores e avaliadores
118 das entregas acordadas e envio semanal de informações ao órgão central Sipec. Além
119 disso, ela também informou que, por meio da Portaria da Reitoria nº 3091, de 16 de
120 outubro de 2020, havia sido estabelecida a Comissão de Estudos para Implantação do
121 Teletrabalho (CETTra), assim composta: i - Pró-reitora de Gestão com Pessoas; ii -
122 Pró-reitora de Administração; iii - Diretor Acadêmico campus Baixada Santista; iv -
123 Diretor Acadêmico campus Diadema; v - Diretora Administrativa campus São Paulo; vi
124 - Diretora Administrativa campus Guarulhos; vii - representante TAE do campus São
125 José dos Campos; viii - representante TAE do campus Osasco; ix - representante da
126 CIS-PCCTAE; x - representante do Sintunifesp. Acrescentou que a CETTra conta com
127 convidados(as) permanentes: da Superintendência de Tecnologia da Informação - STI;
128 ii - Chefias das Coordenações/Divisões de Gestão com Pessoas dos campi e hospital
129 universitário, e que os membros titulares podem ser substituídos por suplente.
130 Informou que as reuniões semanais do grupo se iniciaram em outubro de 2020 e se
131 encerraram em agosto de 2021, quando trataram dos procedimentos gerais para
132 instituição do programa de gestão na Unifesp, nos termos do artigo 10 da Instrução
133 Normativa nº 65, de 2020; dos critérios técnicos necessários para adesão dos(as)
134 interessados(as) ao programa, nos termos do artigo 11 da Instrução Normativa nº 65,
135 de 2020; e da elaboração de modelos de documentos para Plano de Trabalho,
136 Avaliação e Termos de aceite do teletrabalho. Ela também informou que a divulgação





137 dos trabalhos que estavam sendo realizados se deu por meio da realização de
138 webinar e audiência pública que contaram com grande participação da comunidade,
139 e que, além do debate ampliado, resultou na produção de relatórios e na elaboração de
140 manual de perguntas frequentes do tipo FAQ (*frequently asked questions*). Relatou
141 que, em seguida, o tema foi submetido à consulta pública na plataforma Mais Brasil no
142 período de 7 de junho a 16 de julho de 2021. Então, ela passou a discorrer sobre a
143 estrutura do documento propriamente dito, demonstrando seus principais aspectos: a
144 série de “considerandos”; plano de trabalho; objeto e âmbito de aplicação
145 transparência na divulgação dos participantes; conceitos e definições;
146 acompanhamento do teletrabalho; diretrizes do programa de gestão; vedações,
147 desligamento e interrupção do programa de gestão; objetivos do programa de gestão;
148 atribuições e responsabilidades; implementação; monitoramento do teletrabalho;
149 modalidades de execução; indenizações e vantagens; adesão ao programa e
150 responsabilidades; prazos de convocação presencial e entregas; vigência; critérios
151 técnicos para participação; disposições finais, além dos anexos (tabelas: grupos de
152 atividades; atividades; parâmetros de complexidade; limites estabelecidos; plano de
153 trabalho; termo de ciência e responsabilidade). Detalhou os regimes de execução do
154 teletrabalho: parcial (híbrido) e integral. E, ainda, discorreu sobre as diretrizes do
155 programa de gestão o qual abrangerá as atividades cujas características permitam a
156 mensuração da produtividade e dos resultados das respectivas unidades
157 organizacionais e do desempenho do(a) servidor(a) participante em suas entregas. E,
158 por outro lado, não poderá: a) abranger atividades cuja natureza exija a presença
159 física do participante na unidade ou que sejam desenvolvidas por meio de trabalho
160 externo; b) reduzir a capacidade de atendimento de setores que atendem ao público
161 interno e externo; c) contemplar os(as) servidores(as) participantes da jornada
162 flexibilizada (30h), cujos setores necessitem funcionar por período igual ou superior a
163 doze horas ininterruptas em função de atendimento ao público ou trabalho noturno,
164 conforme Resolução nº 193/2021/Conselho Universitário/Unifesp. Sobre o
165 acompanhamento do teletrabalho, ela explicou que decorridos seis meses da efetiva
166 implantação do programa de gestão na unidade, o dirigente da unidade, após consulta
167 à respectiva chefia imediata do setor, elaborará um relatório contendo: - o grau de
168 comprometimento dos participantes; - a efetividade no alcance de metas e resultados; -
169 os benefícios e prejuízos para a unidade; - as facilidades e dificuldades verificadas na
170 implantação e utilização do sistema; - a conveniência e a oportunidade na manutenção





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



171 do programa de gestão, fundamentada em critérios técnicos e observados o Estatuto e
172 Regimento Geral da Unifesp. E, com relação ao monitoramento teletrabalho explicou
173 que o sistema informatizado disponibilizado pela superintendência de seguros
174 privados (Susep), ligada ao Ministério da Economia, será usado como ferramenta de
175 apoio tecnológico para acompanhamento e controle do cumprimento de metas e
176 alcance de resultados. Ela falou também do treinamento necessário para que as
177 chefias estejam aptas a alimentar o novo sistema e demonstrou em tela alguns
178 modelos de atividades já cadastradas. Em seguida, a Pró-reitora falou das instâncias
179 encarregadas do acompanhamento do teletrabalho: a Câmara Técnica de Gestão com
180 Pessoas (CTGP) e o Escritório de Dados Estratégicos; as Coordenadorias ou Divisões
181 de Gestão com Pessoas nos campi e HSP/HU e Divisão de Frequência/DRH/Reitoria -
182 suporte, acompanhamento e orientação sobre o programa de gestão ao dirigente da
183 unidade, chefias imediatas e servidor(a) interessado(a) em aderir ao programa de
184 gestão; o Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP), em conjunto com as
185 Coordenadorias e Divisões de Gestão com Pessoas dos campi, HSP/HU - responsável
186 por desenvolver e realizar os treinamentos destinados aos(às) dirigentes da(s)
187 unidade(s), chefia(s) imediata(s) e servidores(as) interessados(as) em aderir(em) ao
188 programa de gestão. Teve início a rodada de esclarecimentos, a qual contou com a
189 participação da Sra. Eliane Muniz Pires apresentou demanda em nome do coletivo
190 MaternaCiência e solicitou que o egrégio colegiado considere os apontamentos
191 oferecidos por escrito, contemplando mães de filhos(as) menores de doze anos, ou que
192 tenham sob seus cuidados filhos(as) ou pessoas com deficiência ou idosos(as), além
193 das demais contribuições da plenária. O conselheiro Fábio Venturini preocupou-se com
194 a transferência de custos operacionais para os(as) próprios(as) servidores(as),
195 aliviando o caixa da união que já oferece orçamento enxuto para as Instituições
196 Federais de Ensino Superior (IFES). Defendeu a implementação cautelosa da
197 modalidade de trabalho remoto e sugeriu a formação de grupo de trabalho (GT) para
198 avaliar essa relação de custos operacionais sendo responsabilidade da união. O
199 conselheiro Dario testemunhou o aprendizado do campus Diadema, concluindo ser
200 possível implementar o teletrabalho de forma profícua. Disse ver na economia de
201 recursos públicos, a qual permitirá que o orçamento da universidade seja aplicado a
202 outras áreas, e na maior convivência familiar por parte dos(as) servidores(as), as
203 maiores vantagens do modelo teletrabalho. Encerrou dizendo que a adesão não será
204 obrigatória, de modo que o(a) servidor(a) poderá avaliar se tal transferência de custos





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



205 é compensada pela economia dos gastos com transporte para o deslocamento.
206 Terminou sua fala defendendo a aprovação da proposta. A conselheira Eliane disse
207 achar necessário discutir mais e melhor cada uma das questões que envolvem essa
208 modalidade de trabalho. Solicitou esclarecimentos sobre o trabalho noturno e sobre a
209 avaliação do desempenho (plano de trabalho e aferição das entregas, atribuindo nota
210 de zero a dez), perguntando o que aconteceria com aqueles(as) que obtiverem nota
211 abaixo de cinco e, portanto, teriam consideradas a sua jornada como não cumprida.
212 Opinou que os critérios de avaliação e os indicadores não são muito claros. Terminou
213 dizendo que várias questões abordadas durante a elaboração do documento não foram
214 resolvidas, tais como o fornecimento de mobiliário, equipamentos, da preservação de
215 dados, entre outras. O conselheiro Elson cumprimentou os(as) envolvidos(as) no
216 processo de elaboração dessa política, que teve caráter participativo, passando por
217 várias instâncias de discussão, incluindo audiências e consulta pública, esta última
218 realizada por meio da plataforma SouGOV. Ele avaliou como um processo produtivo
219 que aprimorou a minuta, sendo que o documento que estava sendo submetido já se
220 encontra bastante maduro, mesmo não tendo resolvido todas as questões
221 institucionais. Ponderou ser difícil antever todos os problemas e contemplar todos os
222 aspectos desejados, especialmente quando se trata de política de ampliação de
223 direitos. No entanto, defendeu que a experiência do trabalho remoto imposta pela
224 pandemia escancarou as fragilidades que puderam ser solucionadas. Terminou
225 defendendo a consolidação e aprovação do documento que visa atender a demanda
226 dos(as) servidores(as), promove a melhoria da qualidade de vida e cuja adesão é
227 opcional, com o acolhimento das proposições que visam o refinamento do texto. Já o
228 conselheiro Daniel, apesar de ser favorável ao mérito da questão, inclusive tendo
229 sempre defendido a implementação de um plano diretor de recursos humanos que
230 tenha as pessoas como centro estruturante do funcionamento da instituição, avaliou
231 que o momento ainda atípico não é o ideal para tratar de agenda de políticas públicas
232 ou tomada desse tipo de decisão. Em sua opinião, os esforços deveriam se concentrar
233 na retomada das atividades presenciais para, depois, poder ser feita uma análise
234 comparativa dos cenários, avançar na discussão sobre o estabelecimento de metas, a
235 forma de execução das atividades e as relações entre toda a comunidade. A
236 conselheira Sinara esclareceu que a política proposta é voltada para os(as)
237 servidores(as) técnico-administrativos(as) em educação (TAEs), categoria que
238 absorveu o trabalho remoto imposto pela pandemia com ganhos eficiência, qualidade e





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



239 produtividade. Disse ter sido possível, em pouquíssimo tempo, organizar e trabalhar
240 com assertividade, sem prejuízo para a instituição e sua comunidade, como pode ser
241 comprovado através dos números dos setores administrativos, cujas funções são
242 mensuráveis. Ela defendeu que a política, que vem sendo trabalhada há bastante
243 tempo, é efetiva, promove a produtividade e confere benefícios para aqueles(as) que
244 poderão aderir e usufruir dessa modalidade. Em nome de seus representados(as),
245 solicitou à mesa a apreciação do documento sem adiamento, considerando que a pauta
246 é bastante conhecida, e que a votação seja tornada pública, de modo que os TAEs
247 possam acompanhar o apoio recebido na defesa dessa importante política. Então, foi a
248 vez do último inscrito, o conselheiro Alexsandro. Ele opinou sobre a importância da
249 decisão a ser tomada, que impactará diretamente nas atividades do próximo ano e irá
250 alterar as relações de trabalho. Refletiu sobre a mudança clara no conjunto da
251 sociedade com a digitalização da vida, digitalização essa acelerada pela pandemia, a
252 qual ele considera como fato irreversível. Ponderou que a resolução proposta trata da
253 readequação e modernização, da forma de realização do trabalho. Disse que os(as)
254 servidores(as) TAEs entendem o documento - em suas palavras, tecnicamente muito
255 bem elaborado - como um avanço. Explicou que o apoio ao documento que estava
256 sendo submetido não significa esquecer as falhas constantes da Instrução Normativa
257 65, a qual tem graves falhas, não prevendo estabilidade dessa conquista, repassando
258 os custos operacionais para servidores(as), entre outras coisas, apesar de significar
259 avanço para a categoria. Defendeu a aprovação da proposta, suprimindo o índice de
260 ganho de produtividade da ordem de 15%, visto que tal exigência não consta da IN 65
261 e foi inserida arbitrariamente, depois de realizadas as audiências e consultas públicas,
262 portanto, sem ter sido debatida ou sequer conhecida pela comunidade. O conselheiro
263 Ederson reforçou que o planejamento dessa modalidade vem sendo trabalhado há mais
264 de um ano, sendo que melhorias e ajustes foram implementados. Ele também
265 corroborou a fala do conselheiro que o antecedeu, dizendo que a melhoria das
266 ferramentas de gestão para mensuração e compreensão dos ganhos de produtividade e
267 da realização das atividades é uma fase mais adiantada do processo. Solicitou
268 reconsideração do prazo para reapresentação do servidor(a), sugerindo 48 horas, em
269 vez de 24 horas. Defendeu a aprovação da proposta, enumerando as vantagens da
270 implementação da nova modalidade de trabalho: melhoria da qualidade de vida,
271 aumento da produtividade e retenção de talentos. A conselheira Jumile também
272 defendeu a aprovação relatando que a modalidade teletrabalho já é adotada na





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



273 defensoria pública e em outros setores do poder judiciário e, também, já vem sendo
274 experimentada por quase dois anos durante a pandemia, além de a política pública ter
275 sido amplamente discutida na universidade. Ponderou que há vantagens e
276 contradições, mas que é preciso avançar e melhorar o texto, nunca recuar. Citou os
277 levantamentos realizados pelo MEC e pela Pró-reitoria de Gestão com Pessoas sobre o
278 trabalho realizado remotamente e ambos revelaram melhoria da produtividade, da
279 qualidade de vida, da saúde mental, aumento do autocuidado, maior motivação e
280 economia de tempo. Chamou a atenção para os pontos relacionados pelo colega
281 Alexsandro no bate-papo público (*public chat*). O conselheiro Odair declarou voto de
282 confiança na capacidade de a instituição se abrir para o novo, para as novas
283 experiências, na medida em que for conveniente para cada campus e no tempo
284 adequado, visto que as alterações da modalidade de trabalho deverão ser aprovadas
285 localmente. Terminou dizendo que as dúvidas que ainda persistem não devem impedir
286 os avanços. O conselheiro Maurício, o último inscrito, vislumbrou que a situação
287 permite um pacto entre as chefias e os(as) servidores(as), o qual pode ser revisto
288 periodicamente, assim como o é a legislação trabalhista à qual todos(as) devem se
289 adaptar. Disse não enxergar, portanto, nada a temer. Opinou que a qualidade dos
290 serviços da instituição não perderá qualidade com a implementação desse programa
291 de gestão. Aproveitou para apoiar as demandas do MaternaCiência e demais ajustes
292 que se apresentem necessários. A legislação trabalhista é constantemente modificada
293 e a instituição tem de se adaptar. O Presidente, atendendo à solicitação da conselheira
294 Sinara, confirmou o registro nominal em ata dos votos a serem proferidos. E,
295 entendendo que o documento a ser votado não é um dispositivo pétreo e que as
296 contribuições devam ser consideradas e acolhidas, na medida do possível, para o
297 aprimoramento do texto, convidou a Pró-reitora de Gestão com Pessoas para as suas
298 considerações finais. A Sra. Elaine Damasceno confirmou o recebimento por escrito
299 das demandas do conselheiro Alexsandro e do MaternaCiência e comentou que as
300 contribuições referentes às servidoras com filhos(as) em idade escolar podem ser
301 consideradas, mesmo não estando previstas na legislação federal. Ela também disse
302 não ver problema em suprimir o parágrafo único do artigo 12, que trata da definição
303 de percentual de desempenho no mínimo superior a 15%, tendo em vista que o próprio
304 sistema de gestão prevê a confirmação das chefias sobre o cumprimento de metas.
305 Sobre a solicitação do conselheiro Ederson de alteração do prazo de 24 horas para
306 apresentação presencial, ela comentou que o mais importante seria a indicação clara





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



307 de tratar-se de horas úteis. Ela também prestou esclarecimento às preocupações da
308 conselheira Eliane dizendo que o trabalho remoto imposto pela pandemia não trouxe
309 problemas no uso dos sistemas institucionais e demonstrou confiança nos(as)
310 servidores(as) públicos federais investidos de deveres e responsabilidades e no
311 amparo da Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP). Concordou com a pertinência
312 sugestão sobre a formação de GT para avaliar os custos do teletrabalho que ficarão
313 por conta dos(as) servidores(as) adeptos(as), assim como outras IFES já estão
314 estudando a questão, porém, assinalou que o custeio de despesas (água, energia
315 elétrica, planos de rede, equipamentos etc.) depende de norma federal. E sobre o
316 trabalho noturno (das 22h às 5h), a pró-reitora explicou que, em tese, não é permitido
317 e as exceções dependem da aprovação da chefia imediata que deverá justificar a sua
318 necessidade. Ressaltou que a modalidade de teletrabalho, assim como as demais
319 formas e regimes, tem requisitos a serem cumpridos e se dá por meio de adesão, dessa
320 forma, não contemplará todo o quadro funcional da instituição. Encerrou sua fala
321 dizendo que as sugestões oferecidas serão acatadas, conforme acabava de apresentar
322 e desejava consignar em ata. Estando todos(as) esclarecidos(as), a plenária foi
323 consultada por meio do sistema de enquete. Como resultado, **foi aprovada a**
324 **proposta de resolução que dispõe sobre o teletrabalho no âmbito da Unifesp,**
325 **acatadas as sugestões da plenária,** sendo registrados 50 votos favoráveis, dois
326 votos contrários e três abstenções, assim: Alexandre Pazetto Balsanelli, Alexsandro
327 Cardoso Carvalho, Álvaro Nagib Atallah, Ana Claudia Bonilha, Anderson da Silva Rosa,
328 Bruno Konder Comparato, Carla Gianna Luppi, Clédson Akio Sakurai, Daniel Campos
329 de Carvalho, Djalma José Fagundes, Dário Santos Junior, Elaine Damasceno, Ederson
330 Luiz Silva, Egeu Gomez Esteves, Elson Luiz Mattos Tavares da Silva, Fábio Alexandre
331 dos Santos, Fábio Cezar Venturini, Fernando Sfair Kinker, Fúlvio Alexandre Scorza,
332 Fábio Franzini, Gustavo Fernandes Camargo Fonseca, Ivan Cesar Ribeiro, Ieda
333 Aparecida Carneiro, Ieda Maria Longo Maugeri, Igor Dias Medeiros, Jaqueline
334 Martins, Jane Zveiter de Moraes, José Carlos Costa Baptista da Silva, Juliane Mateusa
335 Meira Cruz, Julio Cesar Zorzenon Costa, João Teófilo da Silva, Jumile dos Santos
336 Moreira, Karen Fernandes Costa, Lia Rita Azeredo Bittencourt, Luciana Maria
337 Cavalcante Melo, Luciana Chagas Caperuto, Luciana Massaro Onusic, Luiz Leduíno de
338 Salles Neto, Lígia Ajaime Azzalis, Manuel de Jesus Simões, Mariângela Graciano,
339 Maurício Corrêa de Almeida, Odair Aguiar Junior, Patrícia Laczynski dos Santos,
340 Ramiro Anthero Azevedo, Raiane Patrícia Severino Assumpção, Regiane Albertini de





341 Carvalho, Sinara Aparecida Farago de Melo, Taiza Stumpp Teixeira, Tales Marins
342 Maciel Batista (favorável); Catarina Segretti Porto, Maria Aparecida Juliano
343 (contrário); Claudia Maria França Mazzei Nogueira, Daniel Arias Vazquez, Eliane de
344 Souza Cruz (abstenção). Seguiu-se o ponto **(2) ACORDO DE COOPERAÇÃO**
345 **TÉCNICA UERJ-UNIFESP (SEI 23089.021360/2021-51) - Celebração de**
346 **convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo a professora**
347 **Ísis Boll de Araujo Bastos, da Câmara de Mediação da Unifesp (CAMU), como**
348 **coordenadora** - Após breve explicação da Profa. Isis sobre a natureza da parceria e
349 como a possibilidade de troca de experiências havia sido articulada, estando todos(as)
350 esclarecidos e diante das várias manifestações de aprovação registradas no bate-papo
351 público (*public chat*) e os muitos cumprimentos pelo mérito da matéria, não houve a
352 necessidade de acionar o sistema de enquete. Assim, **foi aprovada a celebração de**
353 **acordo de cooperação técnica com a Faculdade de Educação da Baixada**
354 **Fluminense (FEBF) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tendo**
355 **a professora Isis Boll de Araújo Bastos, da Câmara de Mediação da Unifesp**
356 **(CAMU/Unifesp), como coordenadora do convênio.** Então, o Presidente deu
357 sequência aos pontos tratando **(3) REDISTRIBUIÇÃO (SEI**
358 **23089.013766/2021-60) - Pedido de redistribuição de Jurandy Gomes de**
359 **Almeida Junior do Departamento Ciência e Tecnologia (ICT) do campus São**
360 **José dos Campos para a UFSCar, recebendo o código de vaga em contrapartida**
361 - O Presidente fez referência à documentação disponibilizada antecipadamente para
362 análise dos membros e concedeu a palavra à conselheira Regiane, diretora do campus
363 de origem do docente que participou do edital de redistribuição, quem explicou o
364 escalonamento previsto para essas saídas de um mesmo setor. O conselheiro Maurício
365 registrou a sua preocupação com a saída de docentes que já tem considerável tempo
366 de casa e que, em curto período de tempo, têm preferido seguir outros caminhos
367 resultando na chamada “fuga de cérebros”. A conselheira Regiane esclareceu que nos
368 casos das transferências para o ITA, pontos da carreira docente mais favoráveis
369 acabam por atrair docentes mais capacitados(as), no entanto, o campus tinha tomado
370 todos os cuidados para que não haja prejuízos e para a rápida e equivalente reposição
371 profissional. O Presidente consultou a plenária e, não havendo objeções, em regime de
372 votação por meio de enquete, **foi aprovado o pedido de redistribuição de Jurandy**
373 **Gomes de Almeida Junior do Departamento Ciência e Tecnologia (ICT) do**
374 **campus São José dos Campos para a UFSCar, recebendo o código de vaga**





375 **0334032 em contrapartida. (4) COMISSÃO DE TÍTULOS HONORÍFICOS (SEI**
376 **23089.021709/2021-54) - Aprovação da proposta de resolução reapresentada**
377 **pele Grupo de Trabalho** - O Presidente convidou o Prof. Magnus Régios Dias da
378 Silva para apresentar o tópico. O coordenador do Grupo de Trabalho, por meio da
379 projeção de treze slides, apresentou o aprimoramento da proposta desde o debate
380 ocorrido no âmbito do Consu durante a reunião ordinária realizada em 13 de outubro
381 último, destacando as contribuições inseridas no texto e demais alterações procedidas
382 na primeira versão submetida. Ele falou dos conceitos gerais que nortearam o
383 documento que oferecerá as diretrizes para a concessão de títulos honoríficos, da
384 argumentação, da indicação, dos critérios de admissibilidade, da tramitação dos
385 processos, do consenso e, finalmente, da outorga. Ele também se referiu aos títulos já
386 concedidos, os quais não serão alterados, assim como os processos em andamento
387 serão aproveitados e readequados na instância em que se encontram e passarão a
388 seguir as normas da resolução vigente. O conselheiro Alexsandro ofereceu
389 apontamentos acerca do termo “consensualmente”, sugerindo substituição por critério
390 objetivo ou pela palavra “amplamente”, de modo que a objeção de um(a) único(a)
391 conselheiro(a) não venha a obstar a concessão de título consentido pelos(as) demais;
392 recomendou divulgação das honrarias concedidas pela instituição, primando pela
393 transparência e dando visibilidade aos(às) agraciados(as); sugeriu sessão exclusiva
394 para a concessão de títulos, visto que a honraria pressupõe ritual próprio; e, por fim,
395 apontou que os fluxos não são proporcionais, visto que uma proposta originária da
396 Reitoria passará por menos instâncias do que aquelas apresentadas pelos campi. Os
397 membros do GT, Sra. Larissa Beltramim e o conselheiro Baptista, ofereceram
398 esclarecimentos adicionais sobre os termos da proposta, assim como o conselheiro
399 Elson e a Profa. Olgária Chain Feres Matos, também membros, concordaram que
400 alguns dos aprimoramentos sugeridos poderiam ser facilmente levados em conta na
401 versão final do documento de caráter positivo, propositivo e celebrativo. O Prof.
402 Magnus explicou as questões relacionadas à sessão de outorga e os fluxos, as quais já
403 haviam sido debatidas a partir das sugestões oferecidas na sessão anterior. E, como os
404 demais componentes do GT, concordou sobre a necessidade de divulgação das
405 honrarias. **Em regime de votação por meio de enquete, foi aprovada a proposta**
406 **de resolução elaborada pelo Grupo de Trabalho formado para estabelecer**
407 **diretrizes para a composição de Comissão para Concessão de Títulos**
408 **Honoríficos, sem prejuízo das sugestões de conselheiros(as), as quais serão**





409 **consideradas quando da edição final da normativa a ser publicada. (5)**
410 **RETORNO SEGURO - Apresentação do cenário atual e perspectivas para o**
411 **próximo ano. Apenas análise, sem deliberação** - A Profa. Isabel Quadros e os
412 membros do CPEC foram convidados para compor a mesa e apresentarem o tópico. A
413 Chefe de Gabinete explicou a intenção de introduzir aos conselheiros o que tem sido
414 pensado sobre as atividades presenciais do próximo ano. Ela explanou como tinha sido
415 encaminhada a discussão no âmbito do CPEC, o qual tem se dedicado ao tema da
416 pandemia desde março/2020, acompanhando e auxiliando a gestão nas decisões. Ela
417 mencionou a formação de um subgrupo que se debruçou sobre o assunto e, diante da
418 mudança de cenário, entendeu ser necessária a reavaliação da resolução 205 editada
419 em agosto - quando se vivia um cenário ainda muito incerto da pandemia e, portanto,
420 adotando medidas conservadoras e prevendo o retorno faseado. Explicou que a
421 situação epidemiológica mais favorável, na qual o Plano São Paulo já não é mais
422 referência, (visto que os indicadores mostram redução expressiva e estável do número
423 de casos, de internações e de óbitos), somada ao sucesso da cobertura vacinal na
424 população adulta (mais de 93% da população adulta do estado tem o esquema vacinal
425 com duas doses) conferem segurança para elaborar nova proposta de resolução que
426 será submetida ao egrégio colegiado na próxima reunião ordinária, ainda em
427 dezembro. Acrescentou que, do ponto de vista da regulamentação trabalhista, a
428 normativa do Ministério da Economia, SGP/SEDGG/ME 90 de 28 de setembro de 2021,
429 já indicava que todos(as) os(as) trabalhadores(as), incluindo servidores(as), estão
430 elegíveis para o retorno presencial, excetuando-se aqueles(as) com comorbidades
431 descritas, cujo teor foi incorporado em normativa interna emitida pela Pró-reitoria de
432 Gestão com Pessoas. Assim, com a previsão de níveis favoráveis de controle da
433 situação epidemiológica e da cobertura vacinal, entendeu-se ser preciso rever a
434 resolução em vigor pois o cenário atual e futuro não mais exige tantas restrições ou
435 faseamento, podendo ser programada a retomada plena das atividades presenciais. Ela
436 garantiu que as ações já aprovadas e previstas à luz da Resolução 205 estão mantidas
437 e que o planejamento proposto se refere a partir de fevereiro/2022, com vista no
438 retorno pleno em abril, tendo como referência o início do semestre letivo dos cursos de
439 graduação. Assegurou que a retomada será segura, sendo mantidas as medidas de
440 biossegurança: esquema vacinal completo, uso obrigatório de máscara, higienização
441 frequente das mãos e uso de álcool gel, evitar aglomerações. Então, ela detalhou o
442 inquérito vacinal (questionário e comprovação) que já está em vigor, o qual se aplica a





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



443 servidores(as) de imediato; aos(às) estudantes nos momentos de matrícula e
444 rematrícula; e, aos(às) trabalhadores(as) terceirizados, por meio das empresas
445 contratadas. Disse que os casos não contemplados nesses levantamentos gerais e
446 centralizados, serão tratados pelas comissões locais (sobre pessoas autorizadas a
447 frequentarem os campi, as quais não fazem parte dos grupos já mencionados).
448 Destacou não se tratar de exigência do passaporte da vacina, mas sobre o
449 fornecimento de informações relativas à imunização, pois é imprescindível saber como
450 está a população que frequenta a universidade e quais são os casos de não vacinação,
451 os quais, estima-se, serão pontuais. Dessa forma, poderá saber se alguma adaptação
452 será necessária (restaurante universitário, por exemplo, em cujo ambiente as pessoas
453 ficam sem máscara). Ela afirmou que as comissões locais serão mantidas e continuam
454 tendo papel fundamental de planejar, implementar e acompanhar o retorno seguro das
455 atividades presenciais e monitorar as condições gerais das pessoas e do
456 funcionamento das atividades. O Prof. Eduardo Medeiros falou da preocupação com o
457 aumento de casos na Europa e com as novas variantes, incluindo a ômicron, cuja
458 letalidade é menor se comparada às anteriores, como a delta, por exemplo. Ele
459 explicou que mesmo que a nova variante se dissemine no país, o impacto será mínimo,
460 pois é mais leve e encontrará a população imunizada. Resumiu que a nova variante não
461 alterará o cenário promissor que vislumbramos, no entanto, enfatizou que as medidas
462 de biossegurança devem ser mantidas com rigor. O Prof. Chioro explicou que o
463 aumento do número de casos na Europa se dá, majoritariamente, entre os não
464 vacinados e que novas variantes continuarão surgindo, portanto, o enfrentamento será
465 permanente, ainda que de forma menos preocupante caso sejam mantidos os
466 procedimentos de vacinação em massa e o uso de máscara. Falou da retomada
467 gerenciada, cautelosa e prudente das atividades presenciais que a instituição propõe
468 diante do quadro que aponta para o retorno seguro pleno, desde que o conjunto de
469 medidas coletivas sejam adotadas, como a ampla cobertura vacinal completa a partir
470 de março/2022 e a observância de um pacote de protocolos de biossegurança e
471 exigências institucionais de proteção, ainda que as autoridades estaduais e municipais
472 não venham a disciplinar estas últimas. O Presidente, considerando que nova rodada
473 de discussão sobre o tema, com vistas na aprovação de nova resolução para orientar a
474 retomada plena das atividades presenciais no ano de 2022, agradeceu a apresentação
475 da Chefe de Gabinete, o trabalho da CPEC e a participação de todos(as). Nada mais
476 havendo a tratar, para constar, eu, Maristela Bencici Feldman, secretária, lavrei a





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



presente ata que será divulgada depois de aprovada. **Ata aprovada na sessão ordinária do dia 12 DE janeiro de 2022.**

Nelson Sass
Reitor
Presidente do Conselho Universitário

Maristela Bencici Feldman
Secretária do Conselho Universitário

